



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

24/03/2014

INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1 - 3
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. CNJ.....	4
2.2. JUÍZES.....	5

Indefinição de Roseana, causa *expectativa*

Com menos de duas semanas para o prazo final de desincompatibilização do cargo de governadora, Roseana Sarney mantém o silêncio sobre seu futuro. Indefinição gera uma série de possibilidades de cenários tanto na Assembleia Legislativa como na corrida eleitoral para o governo e Senado. Aliados dizem que a chefe do executivo permanecerá no cargo até o fim. **POLÍTICA 3**

ELEIÇÕES

A expectativa por Roseana

Semana pode ser decisiva para finalmente ser definido o cenário político maranhense. Silêncio de Roseana sobre sua saída ou permanência, pode alterar toda estrutura estadual

GLAUCIONE PEDROZO

O clima é de indefinição no governo de estado, a menos de 20 dias para o prazo final de desincompatibilização de candidatos que ocupam cargos na administração estadual. A reforma administrativa da estrutura do Executivo Estadual pode trazer vários desdobramentos para a vida do maranhense. A começar pelo comando do estado, que pode sair das mãos da governadora Roseana Sarney (PMDB), caso ela opte por deixar o cargo e sair candidata. Caso ela não se desincompatibilize até o dia 5 de abril, significará que a aposentadoria política dela está próxima, pelo menos pelos próximos dois anos, até o novo pleito, que será municipal.

No caso de Roseana optar em deixar o cargo de governadora a grande questão girará em torno de quem poderá assumir. Como o estado não possui vice-governador, já que hoje, Washington Oliveira, o ex-vice governador, é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, o bastão passaria diretamente para Arnaldo Melo (PMDB), que preside o Legislativo Estadual. Se permanecesse no cargo a partir do dia 5 de abril, o peemedebista estaria inelegível para concorrer novamente a um mandato de deputado estadual. Em razão disso, ele poderia abdicar do direito de ser chefe do executivo estadual e passar a incumbência para a presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire. Esta, por sua vez, assumiria por 30 dias, tempo em que seria convocada a eleição indireta, a qual seria decidida na Assembleia Legislativa, a qual possui a prerrogativa de representação popular.



Ela fica. Ela já deixou claro a sua posição em todas as conversas que tivemos com ela e isso já é assunto passado...

Roberto Costa,
líder do PMDB na
Assembleia

Ela não sai

Apesar dessa possibilidade de a governadora deixar o cargo, alguns parlamentares ligados a ela já trabalham com o afastamento dessa hipótese, como o deputado Roberto Costa (PMDB), líder do Bloco Parlamentar Pelo Maranhão. De acordo com o parlamentar, a governadora tem deixado bem claro que não irá deixar o governo. "Ela fica. Ela já deixou claro a sua posição em todas as conver-

sas que tivemos com ela e isso já é assunto passado. O assunto é superado aqui na Assembleia", afirmou o parlamentar.

Costa ainda revelou que no mais tardar, até o final desta semana, as questões sobre troca de secretariado serão resolvidas. O parlamentar afirmou que a governadora já possui em mente todos os nomes que substituirão os secretários. "A governadora já está avaliando todas as mudanças. Acreditamos que, até esta semana, as mudanças sejam concretizadas, até por uma questão clara: todos os secretários que colocaram suas pastas à disposição da governadora são candidatos e precisam sair em função da legislação eleitoral", disse Roberto.

Apesar da certeza do deputado Roberto Costa, o presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo, diz ainda desconhecer qualquer informação oficial sobre a saída da governadora Roseana e que só depende disso para dar prosseguimento ou não aos trâmites den-

tro da Assembleia, que tratam da eleição indireta. "Não temos nenhum posicionamento oficial da governadora. Ninguém pode discutir nada sem um posicionamento dela", declarou Arnaldo Melo.

O presidente do legislativo estadual também disse que essa incerteza em nada interfere nos trabalhos legislativos da Assembleia do Maranhão. "Em relação aos trabalhos da Casa, em nada tem interferido essa incerteza. Mas se ela resolver ficar, nada mais terá que ser discutido na Assembleia, em relação à desincompatibilizações", disse o presidente.

O secretário Chefe da Casa Civil, João Abreu, foi procurado pela reportagem de O Imparcial para comentar a transição de secretários. Porém, de acordo com a assessoria do secretário, ele prefere não comentar o assunto.

Candidatura

Como é de conhecimento público, o atual pré-candidato da governadora Roseana Sarney, Luís

Fernando Silva (PMDB), que responde pela pasta de Infraestrutura, atualmente não comenta publicamente sobre conjecturas políticas a respeito da candidatura.

Por enquanto, ele tem seguido uma rigorosa agenda de inaugurações pela Secretaria de Infraestrutura. Por telefone, a assessoria do pré-candidato informou que ele "está focado em finalizar as obras que já foram iniciadas, além de iniciar outras que são frutos de investimentos do governo do estado".

Sobre o prazo de desincompatibilização, a assessoria de Luís Fernando informou que ele deverá deixar a secretaria em 30 de março. "O secretário Luís Fernando está trabalhando para entregar todas as obras até o dia 30 de março e após disso deixar a pasta", informou a assessoria.



Arnaldo diz estar tranquilo quanto à expectativa de ser governador

Novo olhar

O Conselho Nacional de Justiça vai determinar a transferência de verbas e de servidores para a 1ª instância em todos os Tribunais de Justiça do país.

O objetivo é reequilibrar o Judiciário, pois 90% dos 92 milhões de processos em tramitação no país estão na 1ª instância.

A transferência partiu de uma avaliação do CNJ de que é premente a necessidade de conferir um novo olhar ao primeiro grau.

A realocação de servidores será fixada por resolução a ser votada, em abril próximo, a partir de estudo encomendado pelo CNJ.

Mobilização da Magistratura

No dia 31 de março Associações de Magistrados de todo o país vão protocolar requerimentos solicitando a alteração imediata dos regimentos internos dos Tribunais para permitir que juízes participem das eleições de escolha dos presidentes e vice-presidentes.

A data foi escolhida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para marcar os 50 anos do Golpe Militar no Brasil e o posicionamento da Magistratura com a falta de democracia no Judiciário.

Os objetivos da mobilização do dia 31, que acontecerá em todo o país, estão explicados em hot site disponível no site da AMB e da Associação dos Magistrados do Maranhão.

A AMMA também já está disponibilizando em seu próprio site e suas redes sociais um banner com link para o hot site que veicula, além de uma carta de apresentação do presidente João Ricardo Sousa, depoimentos de presidentes de associações estaduais, depoimentos de magistrados, matérias divulgadas na mídia acerca do assunto e modelos de requerimentos que serão protocolados dia 31 de março, nos Tribunais.

O presidente da AMMA e Coordenador da Justiça Estadual da AMB, juiz Gervásio Santos, em depoimento publicado no hot site, explica que a participação de todos os magistrados na escolha dos presidentes dos tribunais é uma aspiração histórica dos juízes brasileiros. Segundo ele, o atual modelo, que garante o voto apenas aos desembargadores, está ultrapassado e não se adapta ao papel constitucional de Poder Judiciário de instituição garantidora do Estado de Direito.

“Intensificar a luta por eleições diretas foi um compromisso assumido pela atual gestão da AMB, que sabe da importância de ampliar o debate político com a sociedade e com os próprios tribunais para alcançar as mudanças desejadas”, declarou Gervásio.

A Diretoria Executiva da AMMA está trabalhando no planejamento das ações que serão realizadas no Maranhão no dia 31 de março, para marcar a mobilização dos juízes maranhenses na luta por eleições diretas nos Tribunais.